

**FR.2023.1064**

**Processo SEI nº 02001.013382/2023-51**

Belo Horizonte, 08 de maio de 2023

**AO**  
**COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)**  
**A/C: Exmo. Sr. Rodrigo Agostinho**  
PRESIDENTE DO COMITÊ INTERFEDERATIVO  
SCEN Trecho 2, Edifício Sede do Ibama  
Caixa Postal nº 09566  
CEP: 70818-900, Brasília/DF

**REF.:** PROCESSO SEI 02001.013382/2023-51. Resposta ao Despacho nº 15607144/2023-CIF/GABIN, referente aos itens 1, 2, 3 e 5 da Deliberação nº 652 do CIF, de 09.02.2023, publicada em 27.02.2023.

Prezados,

A **FUNDAÇÃO RENOVA** ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, no Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, por seu representante abaixo assinado, responder ao Despacho nº 15607144/2023-CIF/GABIN, referente a suposto descumprimento dos itens 1, 2, 3 e 5 da **Deliberação nº 652, de 09.02.2023**.

A FUNDAÇÃO esclarece que todos os itens da deliberação foram cumpridos, conforme demonstrado pelas informações constantes no quadro abaixo. Reforçamos ainda que a Deliberação nº 652 em nenhum momento solicita o **encaminhamento do registro de encerramento do contrato** com a consultoria Moore no território Mineiro, mas sim, conforme texto literal do documento, "(...) o **pedido de paralisação** dos trabalhos no âmbito do PG13 realizados pela Consultoria Moore no Estado de Minas Gerais, para que o escopo da Consultoria possa se adequar ao escopo dos processos de Interface presentes na versão revisada do PG 13".

Conforme se percebe pelo texto, acima copiado em sua literalidade, a deliberação solicita a **readequação do escopo do contrato da consultoria**, o que, por consequência lógica, impede o seu encerramento.

Nestes termos, a FUNDAÇÃO explicita no quadro abaixo os atos praticados em efetivo cumprimento aos requisitos delineados para readequação do escopo nos itens 1, 2, 3 e 5 da Deliberação 652 e reitera a completa impossibilidade de aplicação de multa ou qualquer outra sanção no caso em comento, nos termos do TTAC e TAC-GOV.

ITEM DA DELIBERAÇÃO	EVIDÊNCIA DE CUMPRIMENTO
<b>Item 1) Aprovar o pedido de paralisação dos trabalhos no âmbito do PG13 realizados pela Consultoria Moore no Estado de Minas Gerais, para que o escopo da Consultoria possa se adequar ao escopo dos processos de Interface presentes na versão revisada do PG 13.</b>	Item cumprido com a paralisação total e imediata dos trabalhos da consultoria Moore em Governador Valadares no dia 14 de março e apresentação de Plano de Desmobilização para Mariana e Marliéria, acordado com os territórios, conforme ofício FR.2023.0654, de 13/04/2023, e seus respectivos anexos (anuência dos territórios com a proposta de desmobilização). Documento anexo.
<b>Item 2. A readequação de que trata o item anterior deverá ser apresentada pela Fundação Renova em 45 dias e contemplar as seguintes determinações:</b>  <b>a) Os processos de interface com outros programas sejam levados em consideração na definição do escopo da consultoria, a fim de que não haja sobreposição de ações;</b>	Item “a)” cumprido por meio da proposta apresentada na 58ª reunião ordinária da CT-ECLET, realizada no dia 03/03/2023 (ata anexa), e enviada por meio do Ofício FR.2023.0744, enviado à SECEX/CIF e à CT-ECLET em 04/04/2023, sendo parcialmente aprovada pelos membros da CT, no dia 29/03/2023, via Ofício CT-ECLET 16/2023, e parte da proposta ainda se encontra em avaliação pela CT.
<b>b) Avaliação da sugestão de que os processos em questão sejam realizados via convênio com o SEBRAE, visto que os mesmos já possuem capilaridade no tema e já são conhecidos nos territórios, bem como na relação com Governos e Atingidos.</b>	Item cumprido por meio do Ofício FR.2023.0220 (anexo), que expõe a avaliação da Fundação Renova da sugestão em questão. A avaliação da sugestão do convênio com o Sebrae também foi explicitada na 58ª reunião da CT-ECLET (ata anexa). Reiterando os termos já expostos nas duas oportunidades acima citadas, por força da previsão da Cláusula 54ª, §1º, do TAC-GOV, a Fundação deverá obedecer ao princípio da ampla concorrência para contratação de fornecedores, cumprindo a Lei nº 12.846/2013 e observando todas as outras leis, normas ou regulamentos aplicáveis, nacionais e internacionais com finalidade e efeito semelhantes, em especial a <i>Foreign Corrupt Practices Act</i> (15 U.S.C. §78-dd1, et seq,

	conforme alterado) e o <i>UK Bribery Act</i> , bem como todos os regulamentos, leis, normas e legislações relacionados a corrupção, suborno, conflito de interesse, proteção à concorrência, lavagem de dinheiro, fraude ou improbidade administrativa. salvo se a lei dispuser em contrário. Conclui-se, pois, que a indicação de contratação direta do SEBRAE, conforme sugerido pela CT-ECLET, estaria em desacordo com os princípios, regras e melhores práticas de <i>compliance</i> adotados pela Fundação e preconizados pelo TAC-GOV. Por outro lado, caso seja de interesse, a CT-ECLET pode apoiar no detalhamento de escopo das contratações.
<b>c) Apresentação de todos os Termos de Referência e Custos com a Consultoria Moore para avaliação se houve uso do orçamento do Programa que tenha fugido ao escopo, a fim de que não impacte no orçamento geral das outras ações.</b>	Item cumprido por meio do Ofício FR.2023.0744 e do Ofício FR.2023.0604, enviado em 15/03/2023 tanto à SECEX/ES quanto à SECEX/CIF e à CT-ECLET. Documento anexo.
<b>Item 3. Determinar que a Fundação Renova apresente, em prazo de 45 dias, a nova estratégia para a correta realização dos projetos do PG 13 com os quais eventualmente a MOORE está envolvida.</b>	Item cumprido por meio da proposta apresentada na 58ª reunião ordinária da CT-ECLET, realizada no dia 03/03/2023 (ata anexa), e enviada por meio do Ofício FR.2023.0744, enviado à SECEX/CIF e à CT-ECLET em 04/04/2023, sendo parcialmente aprovada pelos membros da CT, no dia 29/03/2023, via Ofício CT-ECLET 16/2023, e parte da proposta ainda se encontra em avaliação pela CT-ECLET. Documento anexo.
<b>Item 5. Determinar que a Fundação Renova consulte, junto às Secretarias de Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, quais são os municípios complementares dos polos de acordo com as políticas públicas de regionalização vigentes a fim da correta execução das premissas definidas no Programa 13.</b>	Item cumprido por meio do envio do Ofício FR.2023.0739 à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais – SECULT e à Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo – SETUR. Documento anexo.

Por derradeiro, cumpre destacar que foi realizada uma agenda, no dia 10 de abril de 2023, com representantes do Governo do Espírito Santo/ES, para avaliação e redesenho do escopo da Consultoria Moore, o que reitera a atuação da Fundação em estrito cumprimento à Deliberação nº 652 e a total impossibilidade de encerramento contratual da Consultoria Moore, ainda ativo no território capixaba.

Sendo o que cumpria para o momento, a Fundação se mantém à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Renovando nossos protestos de estima e consideração, subscrevemos a presente.

Atenciosamente,

DocuSigned by:  
*Felipe Moura de Andrade*  
5453F9090F744C5...

**FUNDAÇÃO RENOVA**

**FELIPE MOURA ANDRADE**

GERENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL